



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO COMITÊ
INTERFEDERATIVO**

1 Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e
2 trinta e oito minutos, no Palácio do Planalto, Anexo I, Ala B, térreo, sala 101, em
3 Brasília, Distrito Federal, foi realizada a sexta reunião ordinária da Câmara Técnica
4 Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais do Comitê Interfederativo (CIF),
5 instituído no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)
6 assinado entre a União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo com as
7 empresas Samarco Mineração S.A, Vale S.A e BHP Biliton Brasil LTDA. Lea
8 (SEGOV) cumprimentou os presentes e explicou que a reunião seria exclusivamente
9 com pauta quilombola devido à ausência, justificada, de representantes da Funai.
10 Informou que na 17ª reunião do CIF, a presidente do Ibama reforçou a importância da
11 Renova participar das reuniões das câmaras técnicas, o que ficou acordado na quinta
12 reunião da CT-IPCT, incluindo a participação da DPU. Em seguida, passou a palavra
13 para Priscilla (Funai) que apresentou o ambiente virtual da CT, criado no Sistema
14 Eletrônico de Informações –SEI, e uma proposta de calendário de reuniões do grupo,
15 saindo os encaminhamentos de disponibilização de acesso ao SEI para os membros da
16 CT e transmitir, por *e-mail*, a proposta de calendário das reuniões. Foi registrada a
17 participação do Defensor Público do Estado do Espírito Santo, João Marcos, por
18 videoconferência. Prosseguindo, discutiu-se sobre sugestão da Solange (Ibama) de
19 incluir os pescadores artesanais na CT-IPCT. Solange (Ibama) acrescentou que, embora
20 não tenha sido deliberado e registrado em ata, houve o debate de inclusão dos
21 pescadores artesanais na CT-IPCT. João Marcos (DPU/ES) fez uso da palavra
22 informando que os pescadores artesanais estão entre os grupos que mais demandam da
23 DPU/ES, sugerindo uma conversa de alinhamento entre as duas Câmaras Técnicas, CT-
24 IPCT e CTOS. Lea (SEGOV) informou que enquanto estava na Casa Civil participou de
25 reuniões da CTOS, não vendo discussão sobre os pescadores a respeito das
26 especificidades étnicas do grupo, pois há questões que estão para além dos pagamentos
27 e que a CT-IPCT teria mais conhecimento para responder. Bruno (Renova) falou sobre
28 as diferenças entre grupos de pesca artesanal e grupo de pescadores artesanais que estão
29 vulneráveis; informou que a Renova trabalha de forma a agilizar o atendimento do
30 ponto de vista de indenização; que para atender os povos tradicionais, estão em
31 conversa com o Ministério Público de Minas Gerais - MPMG para contratação de
32 professor especialista para mapeamento dos povos tradicionais e como atendê-los para
33 além do aporte financeiro, de modo a evitar fissuras no grupo social. Solange (Ibama)
34 reforçou que esse é o ponto da CT-IPCT, pois a *expertise* da SE-CNPCT ajudaria nessa
35 discussão. Bruno (Renova) concordou que a CT-IPCT ajudaria nortear as demais
36 câmaras com informações técnicas. Lea (SEGOV) lembrou de questionamento do
37 prefeito de Rio Doce (MG) sobre o pagamento de auxílios a outros grupos tradicionais,
38 tais como, garimpeiros; reforçou que acredita que a CT-IPCT deve se estruturar,
39 inicialmente, para poder dar suporte a outras CTs. Kátia (SE-CNPCT) reforçou que os
40 pescadores não são vistos de forma integral na CTOS e entende que é necessário
41 conversar com as comunidades em respeito à Convenção 169 da OIT, para além de
42 estudos com pesquisadores; destacou que alguns atendimentos aos pescadores



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

43 desrespeitam a constituição do grupo, sendo necessário criar um protocolo de consulta.
44 Solange (Ibama) propôs o encaminhamento de acontecer reunião com as demais CTs,
45 após reunião do CNPCT, para evitar ruídos. Kátia (SE-CNPCT) acrescentou que seria
46 importante a Secretaria de Pesca compor a CT. João Marcos (DPU/ES) reforçou que
47 instituições devem respeitar os processos internos de organização dos grupos e a
48 Convenção 169; entende que a Renova também não quer aportar dinheiro a pessoas
49 estranhas aos grupos, porém, sobretudo deve-se respeitar a autodeclaração e não pode
50 presumir má-fé dos grupos e deve notificar os casos de abusos, quando ocorrerem, aos
51 órgãos de controle responsáveis; exemplificou que os indígenas já possuíam um tipo de
52 reconhecimento das novas famílias e durante um ano isso passou pelo crivo da
53 Fundação. Fuchs (Renova) informou que a Renova chegou a um momento que
54 consegue atender os grupos de forma integrada, sendo importante observar os espaços
55 inter-câmaras, citando reuniões que demonstraram que as respostas precisam ser dadas
56 de forma integrada/articulada; perguntou para Kátia (SE-CNPCT) quais documentos e
57 informações poderiam ser repassados para explicar o atendimento dos pescadores
58 artesanais pelas políticas públicas federais e estaduais. Lea (SEGOV) compartilhou que
59 há lacunas que o poder público deixa e que, embora existam falhas da Renova, essa
60 Fundação pede informações mas as esferas governamentais nem sempre respondem ou
61 colaboram, sendo esta CT um exemplo disso pois demorou dois anos para ser criada e
62 ainda está se estruturando; acrescentou que o governo também não respeita a
63 Convenção 169 e entende que a saída é o trabalho conjugado e desarmado para que as
64 comunidades sejam atendidas da melhor forma, por isso defende que a Renova esteja
65 presente nas reuniões. Eduardo (Renova) sugeriu que os protocolos de consultas aos
66 povos indígenas fossem compartilhados com todas as partes que façam tratativas com os
67 povos tradicionais para que as dinâmicas internas sejam respeitadas. Leonardo (FCP)
68 respondeu que talvez normatizar os protocolos não seja um avanço, exemplificando que
69 protocolos de consulta, no âmbito de processos de licenciamento, estão sendo criados de
70 acordo com as especificidades de cada grupo, então entende que seria melhor que
71 existisse Plano Básico Ambiental - PBA do Estado e PBA da Renova para não passar ao
72 empreendedor algo que não seja dele. Solange (Ibama) sugeriu que na reunião do
73 CNPCT explicassem sobre o CIF e as CTs aos pescadores artesanais. Bruno (Renova)
74 informou que os processos de autodeclaração nem sempre são internalizados pelas
75 comunidades tradicionais e pediu mais informações sobre a reunião com os pescadores.
76 Kátia (SE-CNPCT) informou que representantes do movimento nacional de pescadores
77 estarão em Brasília e pediram reunião com a SE-CNPCT para entenderem as CTs do
78 CIF, saber qual delas os atenderá, pedir que a CT responsável faça visitas *in loco* e
79 querem saber como o Estado dará conta das demandas do grupo. Retomou o assunto dos
80 protocolos de consulta, informando que houve tentativa de regulamentação dos
81 protocolos de consulta, durante certa de três ou quatro anos, chegando-se a uma minuta
82 que não foi aprovada e concluiu que a orientação é de que os protocolos de consulta
83 sejam construídos com cada comunidade. Lea (SEGOV) respondeu a sugestão da
84 representante do Ibama propondo que o diálogo no CNPCT seja para escutar os
85 pescadores artesanais e mapear as demandas e, caso solicitem que os membros da CT-
86 IPCT estejam em campo, a Câmara poderá providenciar o encontro. Kátia (SE-CNPCT)
87 ratificou a sugestão, saindo o encaminhamento de comunicar ao CIF a inclusão dos
88 pescadores artesanais, também, na CT-IPCT. Carlos (Renova) citou que a Câmara
89 Técnica de Economia e Inovação também lida com o tema. Willian (Renova) perguntou
90 para as representantes da SE-CNPCT de qual região os pescadores são, o que foi



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

91 respondido que ainda não sabem, pois apenas pediram a reunião sem maiores
92 informações. Lea (SEGOV) leu um trecho de ata de uma das reuniões do CIF na qual
93 consta proposta de instalação de tanques em Regência, o que interpretou como
94 atendimento aos pescadores artesanais, acrescentando que esta CT precisa agilizar as
95 definições sobre aquele grupo. Solange (Ibama) sugeriu que os membros da CT-IPCT
96 visitem os pescadores artesanais somente após deliberação do CIF sobre a inclusão do
97 grupo nesta Câmara Técnica e, ainda antes de comunicar o pedido ao Comitê, que seja
98 realizada reunião de alinhamento com as outras CTs. Lea (SEGOV) sugeriu que seja
99 realizada reunião com os coordenadores da CTOS e CTEI para alinhar o que cada grupo
100 trabalhará. Carlos (Renova) pediu espaço nas reuniões da CT-IPCT para apresentação
101 dos programas da Renova, sendo encaminhado que, antes da última reunião do ano do
102 CIF, a CT-IPCT faça reunião com o objetivo da Renova e dos órgãos de governo
103 apresentarem todas as ações realizadas. Leonardo (FCP) questionou como a
104 Renova...Lea (SEGOV) respondeu que às vezes os órgãos de governo federal, estaduais
105 ou municipais solicitam à Renova demandas que são atribuições do Estado; que os
106 representantes governamentais precisam também mostrar para a Renova as ações de
107 responsabilidade do poder público, em um diálogo entre os atores. Falou também sobre
108 problemas de coordenação da CT a serem discutidos no final da reunião. A pauta
109 prosseguiu com os assuntos a respeito das comunidades quilombolas. Lea (SEGOV)
110 recuperou o que foi falado na quinta reunião sobre a situação de Pontal do Ipiranga,
111 onde começou a ter pressão no entorno do território quilombola por pessoas querendo
112 morar na comunidade; informou que disparou Ofício para a Renova pedindo informação
113 sobre pontal do Ipiranga, o qual foi respondido, e mandou outro pedindo informações
114 complementares. Informou que, por não ser apenas uma questão de pagamento, a
115 estratégia é fazer uma conversa em Pontal e, a partir da resposta complementar, discutir
116 na CT-IPCT e acionar a CT-CPDCS para fazer reunião *in loco*, junto com a Renova,
117 para dialogar, sem levar isso para Degredo e sem participação da Palmares. Informou
118 que, que a resposta complementar circulará na CT-IPCT e, então, acionará a CT-
119 CPDCS para fazer o encontro em Pontal. Sugeriu o encaminhamento de produzir
120 material de orientação explicando quem tem direito em Degredo, o que não implica que
121 outros não serão atendidos; perguntou ao Leonardo se houve coisa nova da FCP.
122 Leonardo (FCP) respondeu que não ocorreram novidades, que veio para a reunião
123 cobrar a Renova sobre os retroativos. Lea (SEGOV) alinhou os entendimentos da última
124 reunião de que o Cássio da H & P informaria quais são as famílias que estariam sem
125 receber o auxílio emergencial. João Marcos (DPU/ES) informou que esteve em Degredo
126 na semana passada e nos dois momentos percebeu a tensão por parte dos moradores
127 externos, em reunião aberta, e segundo a Comissão Quilombola são pessoas que
128 começaram a questionar a atuação das lideranças locais; ressaltou que a DPU/ES tem
129 pedido atendimento às comunidades litorâneas enquanto os estudos são realizados, o
130 que não tem sido respondido; comentou que talvez o atendimento seja via CTOS pois o
131 CIF já deliberou (Deliberação nº 48) a respeito disso. Continuou informando que
132 receberam reclamação sobre a água, que precisa de atuação emergencial pois não tem
133 segurança sobre a qualidade hídrica, que o estudo da H&P demonstra que não é boa
134 para consumo humano (não comprova se foi só por conta do desastre) e que essas
135 pessoas estão tendo gastos para adquirirem água, perguntando o que a Renova poderia
136 fazer. Lea (SEGOV) respondeu que, no caso de Degredo, a H&P está fazendo estudos
137 sobre a qualidade da água. Eduardo (Renova) ponderou que o estudo de componente
138 quilombola que a H&P realiza segue os procedimentos determinados no Termo de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

139 Referência e que o estudo seria entregue dia 06/11, à FCP, e posteriormente seria
140 combinada uma agenda com a comunidade de Degredo para apresentação dos estudos.
141 Bruno (Renova) levantou preocupação, pois foi feito compromisso da Renova com a
142 H&P de fazer pontos de coleta da água. Eduardo (Renova) informou que a resposta
143 ainda não saiu, que será apresentado no dia 06/11. Bruno (Renova) complementou com
144 a informação de que a contratada deve fazer o que está dentro do TR e que a Renova
145 compartilha os relatórios parciais com a FCP para análise e comentários técnicos.
146 Eduardo (Renova) disse que não há problema compartilhar o estudo com a comunidade,
147 mas isso deve ser feito de acordo com o que foi acordado no TR. João Marcos
148 (DPU/ES) argumentou que entende a análise da Renova de que não pode responder por
149 situações anteriores ao desastre, mas se existe um estudo preliminar mostrando que a
150 água piorou e que os gastos da comunidade estão acontecendo após o desastre, a
151 Renova deve arcar com isso. Ponderou que não se deve deixar as comunidades em
152 situação pior, citando os casos de Pontal do Ipiranga e Cacimbas onde pessoas fazem
153 pressão sobre os territórios, o que embora seja grave, podem ser pessoas atingidas,
154 havendo chances de num curto espaço isso se agravar porque a Renova não tem
155 atendido três deliberações do CIF e que as comunidades litorâneas vão receber valor de
156 uma cesta básica mais vinte por cento, enquanto os estudos são realizados, o que é
157 menor que o valor dos auxílios emergenciais de Degredo, o que poderá aumentar a
158 pressão sobre esta comunidade. Lea (SEGOV) comentou que há um problema de
159 desconfiança da qualidade da água. João Marcos (DPU/ES) acrescentou que não se
160 pode deixar de pontuar que existem comunidades com acesso a água encanada com
161 laudos das empresas de saneamento falando que a água é potável, mas existem povos
162 que coletam água de rios e hoje não tem segurança de pegar a água. Lea (SEGOV)
163 informou que há problema de existir estudo que chega na comunidade antes de estar
164 finalizado e apresentado de forma não didática, o que a CT-IPCT e a Renova devem
165 verificar; outro ponto é que a FCP fez visitas a comunidades quilombolas antes de
166 identificar que o impacto foi em Degredo; no momento de discussão das demandas, não
167 havia sido apresentado que a água era problema, só falaram sobre o pagamento dos
168 auxílios e saíram com compromisso de que o pagamento seria feito o mais breve
169 possível. A FCP faz contatos constantes com a comunidade de Degredo, e o problema
170 da água não teria sido apresentado à Palmares; se agora manifestaram que precisam de
171 água potável, isso precisa ser discutido. Leonardo (FCP) considerou interessante a DPU
172 ES falar sobre a demanda da água e disse que, se ela existe, a CT precisa discutir,
173 acrescentando que o estudo do componente quilombola trará mais informações.
174 Eduardo (Renova) esclareceu que na reunião em maio o assunto urgente foi o estudo e
175 que naquele dia seria eleita uma comissão que representaria a comunidade nos grupos
176 de trabalho de construção do plano de atendimento emergencial que foi apresentado à
177 CT-IPCT em julho; paralelo a isso, colocaram em prática o pagamento dos auxílios;
178 viram com a comunidade quais pontos de coleta da água seriam levantados; ainda existe
179 o estudo independente da H&P; destacou ser fundamental que todos os envolvidos
180 entendam que existe o plano emergencial que começou em maio e entrou em prática em
181 agosto; e que há estudo do componente quilombola feito pela H&P. Solange (Ibama)
182 propôs o encaminhamento de, até dia 13/11, serem levantadas informações sobre a
183 situação da água para a CT levar para o CIF se a Renova vai comprar água ou não;
184 sobre Pontal, entende que a CT Comunicação com a CT-IPCT irão melhorar o olhar
185 para pensar os encaminhamentos. Eduardo (Renova) informou que os resultados das
186 análises ficarão prontas essa semana e vão marcar reunião com a comissão para definir



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

187 como será a apresentação dos dados. Lea (SEGOV) informou que a apresentação do
188 estudo do componente quilombola deverá passar pela análise da CT-IPCT antes de ser
189 apresentado para a comunidade e propôs o encaminhamento da Renova buscar como a
190 informação sobre o resultado da análise da água chegou até a comunidade antes mesmo
191 de estar finalizado para que os fluxos sejam estabelecidos e respeitados; se água para
192 consumo é situação agravante, isso deve ser ponto de pauta e não precisa chegar pela
193 DPU ES, se existem órgãos que trabalham com os povos tradicionais. Leonardo (FCP)
194 sugeriu convidar o Incra e outros parceiros para apresentação e validação do ECQ;
195 ficando como encaminhamento apresentar outra proposta de calendário para
196 apresentação do estudo no território, pois considerava a proposta de calendário
197 anteriormente apresentada pela própria FCP como exígua. Lea (SEGOV) recuperou que
198 na reunião do dia 5/10 a FCP comunicou que há retroativo para Degredo receber. A
199 ideia seria pagar, porém considerando que parte do pagamento poderia ser destinado à
200 implementação de ações estruturantes para a comunidade e que deveria ser negociado
201 com a comunidades as parcelas que seriam pagas individualmente. Bruno (Renova)
202 informou que, em maio, quando começou o início do repasse dos auxílios, a Renova
203 calculou que o retroativo giraria em torno de 4 milhões no total e mais ou menos 34 mil
204 por família; que possui dúvidas sobre destinar dinheiro sem uma discussão, só com base
205 na autonomia da decisão, colaboraria ou prejudicaria o território, então querem discutir
206 na CT o melhor jeito de pagar os valores retroativos. Eduardo (Renova) informou que
207 quando submeteram o plano emergencial à CT-IPCT esperavam que existiriam
208 comentários técnicos; antes de iniciar os repasses, listaram os impactos saídos dos
209 grupos de trabalho com participação da comunidade; é um ponto delicado que não pode
210 ser definido pela Renova para não ocorrer juízo de direito, é preferível que saia da CT-
211 IPCT; a grande preocupação é quais passivos, que soluções não estruturadas não
212 resolverão, vão pensar soluções econômicas com soluções estruturantes juntos, em
213 Degredo não há equipamentos sociais, é preciso se deslocar a Linhares para
214 atendimentos; informou que nas visitas à comunidade as pessoas falam que a chegada
215 de muito dinheiro causaria êxodo; por isso requer decisão da CT-IPCT em cima do
216 plano emergencial. Leonardo (FCP) informou que a FCP deve fazer discussão interna e
217 trazer pra CT-IPCT o que decidiu como ritos para o retroativo. Bruno (Renova)
218 informou que o atendimento existente é o mesmo da CTOS que está sendo pago desde
219 agosto; o retroativo é pegar 20 meses pra trás. João Marcos (DPU/ES) ponderou que
220 não interferem na CTOS, mas se preocupa que as comunidades tradicionais não podem
221 ter um tratamento inferior ao das demais comunidades; informou entender que a
222 existência de programas para povos tradicionais, dentro do TTAC, não as exclui de
223 receberem atendimento dentro dos demais programas; que as deliberações que o CIF fez
224 para as demais comunidades devem ser aplicados também às comunidades tradicionais,
225 conforme deliberação 109; aquele indivíduo que é quilombola e também pescador tem
226 danos; quem é quilombola e só mora no território tem direito a todos os programas do
227 TTAC; atentou que se deve ter cuidado para não diminuir os indivíduos, vê que é um
228 valor para cada família que ao longo desses dois anos têm vivenciado situações difíceis,
229 que perderam oportunidades, não considera que o valor causará êxodo. Lea (SEGOV)
230 informou que o retroativo será pago, a discussão está em torno do modo como realizá-
231 lo; exemplificou que quando acompanhou a CTOS, havia os lotes aprovados e quanto
232 cada família receberia, sem associação com outros programas, perguntando se no
233 entendimento da DPU-ES o valor deveria ser diferente, somado a outros danos. João
234 Marcos (DPU/ES) pontuou que não se pode misturar os programas, se hoje o



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

235 patrimônio do atingido é direito à indenização, à melhoria das condições, se tem outros
236 direitos, devem-se garantir todos eles, não pode usar o dinheiro dos auxílios para
237 substituir um dos outros direitos. Bruno (Renova) respondeu que o objetivo não é
238 cercear direitos, o que considera é pensar numa forma mais coletiva, discutindo-se com
239 a própria comunidade sobre o futuro do grupo. Lea (SEGOV) informou que sairia
240 proposta da CT-IPCT de uma parte do valor dos retroativos ser para ações estruturantes
241 e outra parte individual, mas isso seria discutido com a Comunidade de Degredo. Noara
242 (Seppir) informou que seu entendimento foi de que a FCP faria uma discussão para
243 pensar como os retroativos devem ser pagos e, num segundo momento, a CT-IPCT
244 apresentaria a ideia para a comunidade sem medo que eles tomem a decisão. Bruno
245 (Renova) informou que também não acha que 30 mil reais modificará o território, mas
246 não querem jorrar dinheiro. Eduardo (Renova) informou ter entendido que a Palmares
247 fará a análise sobre o pagamento dos retroativos e discutirá os prós e contras na CT-
248 IPCT; informou, por último, preocupar-se com as ações realizadas nos locais atingidos
249 serem relacionados à licenciamento ambiental, pois devem-se criar métodos que são
250 pós-desastre. Leonardo (FCP) perguntou se existe perspectiva para a Samarco voltar a
251 funcionar. Lea (SEGOV) respondeu afirmativamente, complementando que existem
252 pressões de várias partes para que isso aconteça. Não havendo mais informes e assuntos
253 a serem tratados, a reunião foi encerrada após às treze horas com os seguintes
254 encaminhamentos: (i) Renova compartilhará material de definição dos programas 3 e 4
255 para ser analisado; (ii) Funai disponibilizará acesso ao SEI para os membros da CT e
256 transmitirá, por e-mail, a proposta de calendário das reuniões; (iii) FCP apresentará
257 outra proposta de calendário para apresentação do estudo realizado em Degredo à
258 comunidade e trará para análise da CT-IPCT proposta em relação ao pagamento dos
259 retroativos.

Tiago Coutinho (FCP)

Janessa de S. Lança (SECTACT/MDS)

semp

Renato (FUNAI)

Guaroul. J. J. - SEGOV/PA